

BSB Energética S.A.

***Demonstrações financeiras dos exercícios findos
em 31 de dezembro de 2016 e de 2015***

BSB ENERGÉTICA S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016 e de 2015

Conteúdo

Parecer dos auditores independentes

Quadro I – Balanço patrimonial

Quadro II – Demonstração do resultado do exercício

Quadro III - Demonstração do resultado abrangente

Quadro IV - Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro V - Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da
BSB Energética S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da BSB Energética S.A.. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BSB Energética S.A. S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Depreciação dos bens do ativo imobilizado destinados à geração de energia elétrica no regime de produção independente da investida Brasil PCH S.A.

Os bens do ativo imobilizado da atividade de geração de energia no regime de produção independente da investida Brasil PCH S.A (“Brasil PCH”) são depreciados pelo seu prazo estimado de vida-útil, considerando-se os fatores e circunstâncias que estão mencionados na nota explicativa nº 3.5 às demonstrações financeiras. À medida que novas informações ou decisões do órgão regulador ou do poder concedente sejam conhecidas, o atual prazo de depreciação desses ativos poderá ou não ser alterado. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.



Diferença de práticas contábeis entre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas Adotadas pela investida Brasil PCH S.A.

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da investida Brasil PCH S.A., essas práticas diferem das normas

internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à manutenção do saldo do ativo diferido. Nossa opinião não está modificada em função desse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior.

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foi conduzido sob nossa responsabilidade cujo relatório de auditoria sem modificação, datado de 31 de maio de 2016, mencionou a mesma ênfase acima intitulada “*Depreciação dos bens do ativo imobilizado destinados à geração de energia elétrica no regime de produção independente da investida Brasil PCH S.A*” referente a possibilidade de alterações dos prazos de depreciação de ativos do imobilizado da investida Brasil PCH S.A. conforme novas informações ou decisões do Órgão regulador ou do poder concedente.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor.

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança sobre as demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e com o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou



cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

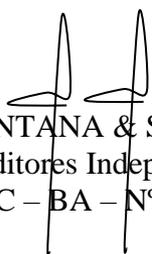
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 17 de maio de 2017



SANTANA & SOUSA
Auditores Independentes
CRC – BA – Nº 612



Alberto da Silveira Lima
Contador
CRC-BA-Nº 9.093

QUADRO I

BSB ENERGÉTICA S.A

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2016	31/12/2015	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2016	31/12/2015
<u>CIRCULANTES</u>				<u>CIRCULANTES</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	8	13	Dividendos a pagar		983	1.653
Dividendos a receber	5	2.142	3.804	Total do passivo circulante		983	1.653
Total dos ativos circulantes		2.150	3.817				
<u>NÃO CIRCULANTES</u>				<u>NÃO CIRCULANTES</u>			
Mútuos	8	997	997	Adiantamentos para futuro aumento de capital	8	17.022	16.667
Investimentos	6.2	24.934	26.330	Total do passivo não circulante		17.022	16.667
Imobilizado		28	28				
Total dos ativos não circulantes		25.959	27.355				
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>				<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
				Capital social	7	1.957	1.957
				Reservas de lucros		1.957	1.957
				Dividendos adicionais propostos		6.190	8.938
				Total do patrimônio líquido		10.104	12.852
TOTAL DOS ATIVOS		28.109	31.172	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		28.109	31.172

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO II
BSB ENERGÉTICA S.A
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota</u> <u>explicativa</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
(DESPESAS) RECEITAS			
Despesas gerais e administrativas	9	(360)	(74)
Equivalência patrimonial	6.2	4.292	11.611
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>3.932</u>	<u>11.537</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO III
BSB ENERGÉTICA S.A
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	3.932	11.537
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>3.932</u>	<u>11.537</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO IV
BSB ENERGÉTICA S.A
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital Social	Reservas de lucros		Dividendos adicionais propostos	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
			Reserva legal	Reserva para investimento			
Saldos em 01 de janeiro de 2015		1.957	-	-	3.432	-	3.375
Dividendos distribuídos	7.3	-	-	-		(407)	(407)
Dividendos Provisionados		-	-	-	(1.653)	-	(1.653)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	11.537	11.537
Destinação do lucro:		-	391	1.566	7.159	(9.116)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015		1.957	391	1.566	8.938	-	12.852
Dividendos distribuídos	7.3	-	-	-	(5.697)	-	(5.697)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	3.932	3.932
Destinação do lucro:		-	-	-	2.949	(3.932)	(983)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		1.957	391	1.566	6.190	-	10.104

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO V
BSB ENERGÉTICA S.A
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
	explicativa		
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
lucro líquido do exercício		3.932	11.537
Ajuste para reconciliar o (prejuízo) lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Resultado de equivalência patrimonial	6.2	(4.292)	(11.611)
Dividendos recebidos	5	7.350	407
Caixa gerado pelas atividades operacionais		6.990	333
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos pagos	7.3	(7.350)	(407)
Adiantamento para futuro aumento de capital		355	74
Caixa aplicado nas atividades de financiamento		(6.995)	(333)
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(5)	-
Caixa e equivalentes de caixa:			
No início do exercício	4	13	13
No fim do exercício	4	8	13
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(5)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A BSB Energética S.A. (“Companhia” ou “BSB”) foi constituída em 31 de maio de 2000, e tem por objetivo social, a geração de energia elétrica no segmento de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), até o limite de 200 MW, bem como exercer atividades inerentes à sua finalidade principal e participar de outros empreendimentos ou sociedades, seja como acionista ou quotista, como meio para realizar o objeto social.

A BSB possui 13.845.611 ações ordinárias da investida Brasil PCH S.A. equivalente a 14,70% de participação no capital da investida.

A Brasil PCH S.A. (“Brasil PCH”) foi constituída em 23 de março de 2005, e iniciou suas operações em 4 de abril de 2006, através da PCH Participações S.A., investida que possui 99,99% do capital social de 13 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), com capacidade total de operação de 291 MW.

A Brasil PCH S.A. tem por objeto social qualquer atividade que seja relacionada à administração, à construção, ao planejamento, à operação, à manutenção e ao desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica renovável por meio de PCHs, observando a estrutura prevista em Acordo de Acionistas, e participação em outras companhias, sociedades ou consórcios, como acionista, sócia ou consorciada.

A venda de energia elétrica gerada pelas 13 PCH’s controladas indiretas se dá através de contratos de compra e venda firmados por cada uma das empresas com a Eletrobrás através do PROINFA.

1.1 IMPACTO DE NOVAS LEGISLAÇÕES

1.1.1 Conversão da Medida Provisória no 627/2013 (“MP 627”) na Lei 12.973

Em 13 de maio de 2014, a MP 627 foi convertida na Lei nº 12.973, com alterações em alguns dispositivos, em especial no que se refere ao tratamento dos dividendos, dos juros sobre o capital próprio e da avaliação de investimentos pelo valor de patrimônio líquido. Diferentemente do que previa a MP 627, a Lei nº 12.973 não impôs a opção antecipada de seus efeitos para o ano-calendário de 2014 como condição para eliminar efeitos fiscais relacionados às diferenças decorrentes da aplicação dos métodos e critérios contábeis atuais e aqueles vigentes em 31 de dezembro de 2007 para os itens acima, facultando às empresas a possibilidade de antecipação dos efeitos da norma de acordo com os interesses de cada contribuinte.

A Administração analisou os impactos tributários que poderiam advir da aplicação das disposições da Lei nº 12.973, conversão da MP 627, e concluiu que não há impacto para a Companhia (a Administração optou pela aplicação antecipada das disposições da Lei nº 12.973).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações que incorporam as alterações trazidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“moeda funcional”). As demonstrações são apresentadas em milhares de reais – R\$ - a moeda funcional da Companhia.

2.4 Principais fontes de julgamento e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas brasileiras de contabilidade é requerido que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, bem como as divulgações em notas explicativas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas das premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício está relacionada, principalmente, aos seguintes aspectos: (i) perda estimada por redução ao valor recuperável dos ativos de longo prazo; e (ii) provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais; as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Instrumentos financeiros

3.1.1 Ativos financeiros

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia, quando aplicável, são classificados sob as seguintes categorias: (a) ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado; (b) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (c) ativos financeiros disponíveis para venda; e (d) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

A Companhia não possui instrumentos financeiros para as categorias classificadas nos itens (a) a (c) mencionadas acima.

Os ativos financeiros compreendem:

Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização, conforme nota explicativa nº 4.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

3.2 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados de acordo com o estatuto social, o qual permanece segregado em reserva específica dentro do patrimônio líquido até a sua efetiva aprovação.

3.3 Avaliação do valor recuperável dos ativos

Os ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

3.4 Investimento

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em um empreendimento sob controle comum. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Os resultados, ativos e passivos da coligada é incorporado às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial. Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos em coligada são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da coligada. Quando a parcela da Companhia no prejuízo de uma coligada excede a participação da Companhia naquela coligada (incluindo qualquer participação de longo prazo que, na essência, esteja incluída no investimento líquido da Companhia na coligada), a Companhia deixa de reconhecer a sua participação em prejuízos adicionais. Os prejuízos adicionais são reconhecidos somente se a Companhia tiver incorrido em obrigações legais ou constituídas ou tiver efetuado pagamentos em nome da coligada.

3.5 Depreciação da investida Brasil PCH S.A.

A depreciação da Brasil PCH S.A. e de suas controladas (“Brasil PCH”), exceto de móveis e utensílios e computadores e periféricos, é calculada a partir do início das operações, pelo método linear, às taxas determinadas pela Portaria DNAEE nº 815, de 15 de novembro de 1994, alteradas pelas resoluções nº 367, de 2 de junho de 2009 e 474, de 7 de fevereiro de 2012, que, no entendimento da Administração da Brasil PCH, se aproximam das vidas úteis destes ativos.

A Brasil PCH S.A. considera essas taxas apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação em vigor e, conforme avaliação da Administração, do que consta na Resolução de autorização para estabelecimento como produtora independente, concedida pela ANEEL, ao final do prazo dessa autorização que é de 30 anos, caso não seja renovada, o valor residual dos bens será indenizado à Brasil PCH. A Administração da investida considera provável a renovação da autorização, considerando, inclusive, as Portarias MME nº 956/10 e nº 197/12, autorizando a prorrogação das PCH's Pacífico Mascarenhas e San Juan, respectivamente, por mais 20 anos, condicionada à realização de pequena melhoria operacional, o que a Administração entende demonstrar a evidência concreta de possibilidade de prorrogação de autorização da PCH por mais 20 anos, entendendo assim estar em linha com um dos requerimentos do CPC-27.

Autorização e indenização

A autorização para exploração do potencial hidrelétrico, como produtora independente de energia elétrica vigorará pelo prazo de 30 anos, podendo ser prorrogada, a critério da ANEEL. Ao final do prazo da respectiva autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a Brasil PCH restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa e bancos	<u>8</u>	<u>13</u>
Total	<u><u>8</u></u>	<u><u>13</u></u>

5. DIVIDENDOS A RECEBER

Refere-se a constituição de dividendos a receber de sua investida Brasil PCH S.A., conforme movimentação abaixo:

Saldo em 1º de janeiro de 2015	407
Constituição de dividendos	3.804
Dividendos recebidos	<u>(407)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.804
Constituição de dividendos	5.688
Dividendos recebidos	<u>(7.350)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u><u>2.142</u></u>

6. INVESTIMENTOS

6.1 Informações sobre a investida

Data base: 31/12/2016

<u>Investida</u>	<u>Ações ordinárias possuídas</u>	<u>Participação no capital integralizado %</u>	<u>Ativo total</u>	<u>Passivo Total</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Lucro líquido do exercício</u>
Brasil PCH S.A.	13.845.611	14,70%	930.613	760.994	169.619	61.352

Data base: 31/12/2015

<u>Investida</u>	<u>Ações ordinárias possuídas</u>	<u>Participação no capital integralizado %</u>	<u>Ativo total</u>	<u>Passivo Total</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</u>
Brasil PCH S.A.	13.845.611	14,70%	877.144	698.030	179.114	78.984

6.2 Movimentação do investimento

	saldo 1/1/2015	equivalência patrimonial	dividendos	saldo 31/12/2015	equivalência patrimonial	dividendos	saldo 31/12/2016
Brasil PCH S.A.	18.523	11.611	(3.804)	26.330	4.292	(5.688)	24.934
Total	18.523	11.611	(3.804)	26.330	4.292	(5.688)	24.934

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

7.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, o capital social integralizado é de R\$ 1.957 e está representado por 100.000 ações. Abaixo está representada a composição acionária da Companhia:
2016 e 2015

	Ações	%	Valor integralizado
<u>Acionistas</u>			
Companhia Energética de Brasília - CEB	9.000	9%	176
Eletroriver S.A	91.000	91%	1.781
Total	100.000	100%	1.957

7.2 Reserva legal

É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital

7.3 Dividendos

O Estatuto Social da Companhia estabelece que após a constituição da reserva legal, do saldo total remanescente do lucro do exercício, se existente, 25% (vinte e cinco por cento) deve ser atribuído ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório.

	<u>Controladora</u>
Dividendos intermediários pagos em 18 de dezembro de 2015	(406)
Total de dividendos distribuídos em 2015	(406)
Dividendos Pagos em 19 de Maio de 2016	(4.410)
Dividendos adicionais pagos em 25 de novembro de 2016	(2.940)
Total de dividendos distribuídos em 2016	(7.350)

7.4 Reserva para investimentos

O Estatuto Social da Companhia estabelece que serão destinados até 75% do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, à constituição de reserva para investimento, com a finalidade de financiar projetos de expansão de unidades operacionais da

Companhia, bem como investimentos em suas controladas, coligadas e/ou consórcios. O saldo dessa reserva não poderá exceder a 80% do capital social.

8. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Ativo - não circulante	Passivo - não circulante
	Partes relacionadas	AFAC
	(a)	(a)
Eletroriver S.A.	997	15.603
CEB - Companhia Energética de Brasília	-	1.419
Total em 31 de dezembro de 2016	<u>997</u>	<u>17.022</u>
Total em 31 de dezembro de 2015	<u>997</u>	<u>16.667</u>

(a) Refere-se a adiantamento para futuro aumento de capital e saldos de partes relacionadas os quais não são corrigidos, não têm contrato, nem data de vencimento.

9. DESPESAS POR NATUREZA

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Serviços de terceiros	(358)	(72)
Financeiras	(1)	(1)
Tributos	(1)	(1)
Total	<u>(360)</u>	<u>(74)</u>
Classificado como:		
Despesas gerais e administrativas	<u>(360)</u>	<u>(74)</u>

10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

(a) Considerações gerais

No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado – taxa de juros, taxas de câmbio, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração determina as estratégias a serem adotadas a cada circunstância e riscos inerentes.

(b) Gestão do risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que possuam capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

(c) Gestão de risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Executiva, que elabora um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

(d) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes aos ativos e passivos da Companhia equivalem, em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, aproximadamente, aos seus valores de mercado e estão devidamente apresentados. Os efeitos de ganhos e perdas são reconhecidos no resultado à medida que são auferidos e incorridos.

11. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As principais transações que não afetaram o caixa estão descritas a seguir:

- Constituição de dividendos a receber no montante de R\$ 2.142 (2015, R\$ 1.046).

12. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os membros da Administração da Companhia examinaram o conjunto completo das demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e concluíram que as referidas demonstrações traduzem com propriedade sua posição patrimonial e financeira assim como consideraram eventos subsequentes até 17 de maio de 2017, data na qual essas demonstrações financeiras foram aprovadas.
